

TEORIA POLÍTICA E ENGENHARIA SOCIAL A POLÊMICA POPPER VS HAYEK

Carlos Oliveira Santos

Investigador do Observatório Político

Na perspectiva das intervenções tendo em vista as mudanças de comportamentos sociais nas sociedades democráticas, assiduamente incorporadas em políticas públicas, este *paper* estuda a polémica entre Karl Popper e Friedrich Hayek, centrada na legitimidade da chamada engenharia social, como processo sistemático de promoção e alcance dessas mudanças.

Não há, e ainda bem para a condição humana, nada que possamos estudar ou propor para impedir, generalizadamente, a mudança dos comportamentos sociais nas nossas sociedades e, no entanto, há algo que possamos estudar e propor para alcançarmos algumas mudanças de comportamentos sociais que sejam favoráveis à melhoria da vida humana, ao seu bem-estar, à sua justiça social.

A problemática da mudança dos comportamentos sociais é seguramente demasiado complexa para que se possa acreditar que é possível conceber sobre ela uma teoria geral. Seria esta, decerto, no dizer de Mendras & Forsé, uma «ambition déraisonnable»¹. Posto isto, considerem-se, contudo, duas grandes vertentes nessa enorme dinâmica de mudança social, onde se inclui a dos comportamentos humanos:

- aquela onde se conjugam características como espontânea, não-planeada, violenta, repressiva, arbitrária, ilegítima, indirecta e negativa;

¹ Mendras H. & Forsé M., *Le Changement Social: Tendances et Paradigmes*. Paris: Armand Colin, 1983, p. 7.



- e aquela outra onde se identificam características como intencional, planeada, não-violenta, persuasiva, consensual, legítima, directa e positiva.²

Sendo esta segunda vertente a que aqui nos interessa, não se deixe de entender que a articulação entre uma e outra, e entre cada uma das suas dimensões, é, muitas vezes, inevitável. Mas considerando, apenas, aquela segunda vertente, esse próprio desejo de intervir na mudança dos comportamentos sociais não deixa de ser discutível, ainda que o que nos preocupa, neste estudo, parta do princípio que a concretização daquele desejo de intervenção é, nas nossas sociedades humanas, justificável e inevitável dada a grandeza dos problemas sociais e a preocupação que eles provocam, dado o desenvolvimento do conhecimento susceptível de os corrigir ou atenuar, dada a considerável capacidade das pessoas para os enfrentar.

Mas pelo facto de nos fundamentarmos numa cultura de liberdade, quer política quer metodológica, cabe-nos interrogar a legitimidade dessas acções, públicas ou privadas, que visam, numa sociedade livre, a sua construção deliberada e mais ou menos centralizada, com base em propósitos, objectivos e processos racionais, mesmo que críticos. Trata-se da questão do construtivismo e da engenharia social que diversas áreas do conhecimento foram suscitando no decurso do século XX, nomeadamente a psicologia, com os sucessivos passos do *behaviorismo* iniciados por Thorndike³, e, sobretudo, a economia, tendo cabido a Friedrich Hayek, a partir dela, trazer o debate para a teoria política, desde os anos 30, e submeter o conceito de engenharia social a uma sistemática análise crítica.

Caldwell⁴, na sua biografia do economista austríaco, reconstituiu o contexto do «debate metodológico» pós-I Guerra Mundial, motivado pelo que Morton White assim caracterizava: «The war had a double effect on the postwar writings of our scholars. It strengthened their fears of the most depressing aspects of capitalism and it led them to propose schemes for avoiding the catastrophes which they saw ahead.»⁵

Ao horror pelo passado somava-se o optimismo no futuro, «if the proper adjustments could be made»⁶. O método da ciência, ou «the powers of intelligence», concorreriam para esse propósito, em que «all sorts of new theories were at hand and ready to use».⁷

² Kotler, P. & Roberto, E., *Social Marketing: Strategies for Changing Public Behavior*. New York: Free Press, 1989.

³ Thorndike, E., *The Elements of Psychology*. New York: Seiler, 1905.

⁴ Caldwell, B., *Hayek's Challenge: An Intellectual Biography of F. A. Hayek*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2004.

⁵ White, M. G., *Social Thought in America: The Revolt against Formalism*. Boston, MA: Beacon Press, 1947, p. 181.

⁶ *Idem*, p. 183.

⁷ *Idem*.



No início da década de 30, tanto os ecos das políticas soviéticas como os das rooseveltianas que iam erguendo o novo Estado-Providência no mundo capitalista, geravam uma quase unanimidade que Hayek iria questionar logo na sua conferência de 1933, «The trend of economic thinking»⁸, seguida da edição, com introdução e ensaio final seus, da colectânea *Collectivist Economic Planning*⁹, estudos críticos sobre as possibilidades do socialismo, com textos de Pierson, Halm e Barone mas, sobretudo, de Ludwig von Mises, uma das principais influências do próprio pensamento de Hayek.

A posição hayekiana sobre a engenharia social, aí e posteriormente expressa, não pode ser ignorada por todos os que considerem a liberdade um valor fundamental.

Começa ele por constatar que perante o desenvolvimento das ciências, incluindo o das ciências humanas, não deixa de ser tentador «to bring order to such a chaos, to apply reason to the organization of society, and to shape it deliberately in every detail according to human wishes and the common ideas of justice seemed the only course of action worthy of a reasonable being»¹⁰. Esta óbvia «engenharia» colide, contudo, na perspectiva hayekiana, com a própria natureza dos problemas económicos e sociais:

«The increasing preoccupation of the modern world with problems of an engineering character tends to blind people to the totally different character of the economic problem, and is probably the main cause why the nature of the latter was less and less understood.»¹¹

Enquanto o metalúrgico que molda uma peça, o engenheiro que pretende erguer uma ponte ou o óptico que quer construir um telescópio, têm por característica comum serem determinados «by the singleness of their purpose in every case, the absolutely determined nature of the ends to which the available means are to be devoted»¹², um planeador económico e social só teria os mesmos problemas se «the order of importance of the different needs of the community were fixed in such a definite and absolute way»¹³. Quer em matéria de distribuição de alimentos ou de fornecimento de vestuário quer de aplicação dos melhores comportamentos sociais, tudo seria determinado previamente, de acordo com as necessidades, e devidamente providenciado. «For then the main problem in every line of production would again be

⁸ Hayek, F. A., «The trend of economic thinking». *Economica*, 13 (May), 1933, pp. 121–137.

⁹ Hayek, F. A. (ed), *Collectivist Economic Planning: Critical Studies on the Possibilities of Socialism*. London: Routledge & Kegan, 1935. Edição usada, London: Routledge & Kegan, 6ª ed., 1963.

¹⁰ *Idem*, p. 2.

¹¹ *Idem*, p. 5.

¹² *Idem*.

¹³ *Idem*.

reduced to one of getting the maximum quantity of product out of any given amount of the same resources.»¹⁴

Basta, no entanto, a introdução de um único factor adicional para que a missão ganhe complexidade e mude as suas próprias características:

«If one engineer proposed a method which would leave a great deal of land but only little labour for other purposes, while another would leave much labour and little land, how in the absence of any standard of value could it be decided which was the greater quantity?»¹⁵

E se a um factor se acrescentarem uma miríade deles, sempre em movimento e transformação, com diferentes interesses a concorrerem por recursos, para mais, limitados, a escolha de uma solução não pode ser adoptada, de forma absoluta, pelos processos da engenharia, nem sequer pode ser decidida por uma única entidade singular. Por dois tipos de razões.

Não pode haver um valor absoluto que satisfaça uma decisão unívoca e concentrada capaz de satisfazer todas as partes e interesses em presença. E esta é a razão moral.

Mas Hayek adianta também uma dimensão epistemológica, que ele considera, aliás, mais importante. Digamos que seria admissível a possibilidade de encontrar um equilíbrio que possibilitasse uma decisão «tecnológica» capaz de satisfazer todas as partes e interesses envolvidos num problema, fosse ele económico ou social. Para tal, seria necessário concentrar todos os dados e conhecimentos sobre ele disponíveis numa única entidade a quem caberia formular o problema e decidir um rumo, uma solução, uma intervenção.

Limitando-se à economia e à definição de preços, Hayek aponta que «in a society where the consumer was free to spend his income as he liked, these data would have to take the form of complete lists of the different quantities of all commodities which would be bought at any possible combination of prices of the different commodities which might be available»¹⁶. E tendo em conta que esses dados se destinariam a tomar uma decisão para o futuro, também os dados passados teriam de ser considerados, «but past experience cannot provide the range of knowledge necessary. And as tastes change from moment to moment, the lists would have to be in process of continuous revision.»¹⁷

E mesmo que se admitisse que todos os dados presentes e passados pudessem ser reunidos, existiria sempre um número indeterminado de aspectos

¹⁴ *Idem*, p. 6.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ *Idem*, p. 211.

¹⁷ *Idem*.



desconhecidos. A conclusão é que um tal processo está para lá da capacidade humana e se torna, assim, impossível de concretizar. Apenas por uma decisão arbitrária, atentatória da liberdade das partes envolvidas, um tal tipo de engenharia social poderia ser empreendido; «in a society which is to preserve freedom of choice of the consumer and free choice of occupation, central direction of all economic activity presents a task which cannot be rationally solved under the complex conditions of modern life».¹⁸

Tentar contrariar isto seria, no plano do consumo, uma «abrogation of the sovereignty of the consumer».¹⁹

Toda a obra posterior de Hayek irá estender o mesmo raciocínio aos planos político e social. Logo na primeira página dos três volumes de *Law, Legislation and Order* ²⁰, ele irá deixar bem claro o propósito de enfrentar essa concepção «that human institutions will serve human purposes only if they have been deliberately designed for these purposes, often also that the fact that an institution exists is evidence of its having been created for a purpose, and always that we should re-design society and its institutions that all our actions will be wholly guided by known purposes».²¹

É sabido que o que Hayek opõe a isso, na evolução dos raciocínios expostos, é a concepção de uma ordem espontânea, um *kosmos*, onde os homens, dada a sua natureza e através de um processo de evolução, exerceriam os seus interesses e vontades, processo esse que «nobody foresaw or designed»²² e onde a liberdade é o principal vector. Contudo, «many people still treat with suspicion that the patterns of interaction of many men can show an order that is of nobody's deliberate making».

E acrescenta: «in the economic sphere, in particular, critics still pour uncomprehending ridicule on Adam Smith's expression of the "invisible hand" by which, in the language of his time, he described how man is led "to promote an end which was no part of his intentions". If indignant reformers still complain of the chaos of economic affairs, insinuating a complete absence of order, this is partly because they cannot conceive of an order which is not deliberately made, and partly because to them an order means something aiming at concrete purposes which is... what a spontaneous order cannot do.» (*idem*, pp. 37-38)

¹⁸ *Idem*, p. 202.

¹⁹ *Idem*, p. 214.

²⁰ Hayek, F. A., *Law, Legislation and Order: Volume 1, Rules and Order*. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1973.

Hayek, F. A., *Law, Legislation and Order: Volume 2, The Mirage of Social Justice*. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1976.

Hayek, F. A., *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*. London: Routledge and Kegan Paul, 1978. Edição usada, London: Routledge, 1990.

²¹ Hayek, F. A., 1973, *op.cit.*, pp. 8-9.

²² *Idem*, p. 37.



Admitindo esta ordem espontânea, qualquer intervenção que não seja para assegurar a sua espontaneidade e a liberdade dos intervenientes nela, é, para Hayek, perniciosa, atentatória da liberdade e, como vimos, metodologicamente ineficaz porque o *kosmos* escapará sempre, dada a sua grandeza, mobilidade e complexidade, à capacidade humana de o transformar numa ordem feita, numa *taxis*.

Em «The Errors of Constructivism»²³ são delineadas as referências filosóficas onde se funda o construtivismo²⁴ – Descartes, «from whom all modern constructivism derives»²⁵, Voltaire, Rousseau e Comte – bem como onde se funda o anti-construtivismo hayekiano – Hume, Adam Smith e Adam Ferguson, «into a theory of phenomena that are “the result of human action but not of human design”».²⁶

Esta ordem espontânea onde os indivíduos exercem a sua actividade humana não é, evidentemente, isenta de regras de legislação, de moral, de costumes, mas estas não são resultado de uma escolha deliberada, antes produto de um processo de selecção aperfeiçoado pela interacção dos próprios indivíduos, muitas vezes sem saberem os motivos desse aperfeiçoamento.

Neste processo, a razão não precede a civilização, «the two evolved together»²⁷, também em constante interacção mútua. As regras de boa conduta, numa sociedade, possuem um significado e exprimem uma função que não lhes foi dada por ninguém, e cujo significado e implicações a teoria social tenta descobrir e entender mas cujo conhecimento e experiência não pode justificar «that such insights will rapidly also give us mastery over the phenomena, and enable us deliberately to determine the results».²⁸

Todo este edifício anti-construtivista que a obra da Hayek foi construindo, parece um impeditivo incontornável para os que pretendem empreender acções deliberadas e programadas de aperfeiçoamento dos comportamentos sociais. Hayek, neste caso, terá de ser sempre um adversário a desmontar e a criticar. Mas, por outro lado, uma abordagem da mudança de comportamentos com base no valor da liberdade não pode ser alheia aos argumentos

²³ Hayek, F. A., «Die Irrtümer des Konstruktivismus und die Grundlagen legitimer kritik gesellschaftlicher Gebilde». Munich-Salzburg, 1970. Edição usada, Hayek, F. A. *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*. London: Routledge, 1990.

²⁴ «The basic concept of this constructivism can perhaps be expressed in the simplest manner by the innocent sounding formula that, since man has himself created the institutions of society and civilization, he must also be able to alter them at will so as to satisfy his desires or wishes.» (Hayek, F. A., 1970/1990, *op. cit.*, p. 3).

²⁵ *Idem*, p. 5.

²⁶ *Idem*, p. 5.

²⁷ *Idem*, p. 4.

²⁸ *Idem*, p. 12.



hayekianos, à sua profunda tentativa de impedir um «caminho para a servidão».²⁹

A crítica a Hayek tem, assim, de ser feita no âmbito da defesa da liberdade das pessoas³⁰. Foi o que, no mesmo ano em que o pensador austríaco publicou *Collectivist Economic Planning*, fez Karl Popper, por sinal apresentando as suas reflexões numa conferência, na London School of Economics³¹, a convite do próprio professor austríaco, a quem ficou devedor de muito apoio e por quem manteve sempre respeito e gratidão, sinal que a liberdade, essa condição de divergir e de ser único, não prejudica a fraternidade entre os homens.

Os dois pontos essenciais, para a questão da engenharia social, apresentados por Popper em *The Poverty of Historicism* centram-se na defesa da compatibilidade da ciência com o *activismo* e com um desejo de melhoria da vida, esse «power of bringing about a more reasonable world»³², bem como na defesa da compatibilidade da engenharia social com a liberdade.

Ao contrário do não-intervencionismo de Hayek, Popper assume que está na própria condição da ciência ser «an instrument for solving practical problems that arise in the struggle for life»³³. A ciência, continua Popper, «is most significant as one of the greatest spiritual adventures that man has yet known (and) may be combined with a recognition of the importance of practical problems and practical tests for the progress of science... for practice is invaluable for scientific speculation, both as a spur and as a bridle».³⁴

Popper, aliás, sublinha isto, citando argutamente o próprio Hayek:

«As Professor Hayek says, “economic analysis has never been the product of detached intellectual curiosity about the why of social phenomena, but an intense urge to reconstruct a world which gives rise to profound dissatisfaction”.»³⁵

²⁹ Hayek, F. A., *The Road to Serfdom*. London: Routledge & Sons, 1944-45.

³⁰ A crítica liberal a Hayek, tal como assinala João Carlos Espada (*Direitos Sociais da Cidadania*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997), foi desenvolvida, em sentidos diversos, nomeadamente por Buchanan (*Freedom in Constitutional Contract: Perspectives of a Political Economist*. College Station, TX: Texas A & M University Press, 1997), Gray (*Hayek on Liberty*. Oxford: Basil Blackwell, 1984), Brittan (*A Restatement of Economic Liberalism*. London: The Macmillan Press, 1973) ou Dahrendorf (*Essays in the Theory of Society*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1968). Como assinala Buchanan: «Num sentido positivo e empírico, muitas das nossas instituições sociais e legais desenvolveram-se independentemente de qualquer desígnio ou intenção. Mas o homem deve considerar todas as instituições como sendo potencialmente melhoráveis. O homem tem de assumir a atitude de que pode controlar o seu destino. Tem de aceitar a necessidade de optar. Tem de se ver como homem, não como outro animal, e tem de ver a civilização como algo que ele próprio construiu.» (Buchanan, 1977, p. 38, in Espada, 1997, p. 128, com tradução deste).

³¹ Na nota histórica que abre *The Poverty of Historicism*, Popper escreve que «the main outline» da tese fundamental do livro foi escrito em 1935 e apresentado pela primeira vez, no início do ano seguinte, numa sessão privada em casa do seu amigo Alfred Braunthal, em Bruxelas.

³² Popper, K., *The Poverty of Historicism*. London: Routledge and Kegan Paul, 1957. Edição usada, London: Routledge, 1994, p. 50.

³³ *Idem*, p. 55.

³⁴ *Idem*, p. 56.

³⁵ *Idem*; citando Hayek, 1933, *op. cit.*, p. 122.



O não-intervencionismo, adianta Popper, é mesmo ilógico porque para preservar o funcionamento de uma ordem espontânea, pondo-a a salvo de apropriações por parte deste ou daquele grupo ou entidades, é necessário intervir para que tal não suceda. E são necessárias políticas intervencionistas para assegurar o não-intervencionismo.

Por outro lado, a intervenção prática da ciência é um estímulo a ela própria, aos seus métodos, aos seus resultados. O confronto e o debate que esse processo proporciona, potenciam-lhe as capacidades que ela nunca atingiria como mera curiosidade intelectual.

Mas para lá da própria ciência, o *activismo* do homem, individual ou colectivamente, como o vemos em Locke, Smith ou Mill, é a condição da sua identidade e da sua liberdade. A questão é, pois, como conciliar esse activismo, sobretudo o colectivo e, especialmente, o que é conduzido pelo Estado, com essa condição humana essencial.³⁶

Demarcando-se quer do anti-construtivismo de Hayek quer do que designa por engenharia social utópica, a derivada do historicismo, Popper desenvolve o conceito de *piecemeal social engineering*³⁷, ou seja, aceitando embora as objecções, como as hayekianas, ao conceito e à própria palavra «engenharia social», entende que é possível conceber a sua adopção de forma positiva e compatível com a liberdade:

«I shall use the term “piecemeal social engineering” to describe the practical application of the results of piecemeal technology. The term is useful since there is need for a term covering social activities, private as well as public, which, in order to realize some aim or end, consciously utilize all available technological knowledge.»³⁸

³⁶ Popper, no que diz respeito ao activismo, chama também a atenção para que a exortação marxista à mudança do mundo, para lá da sua mera interpretação («Die Philosophen haben die Welt nur verschieden *interpretiert*; es kommt aber darauf an, sie zu *verändern*.»; Marx, K., *Thesen über Feuerbach*; in Engels, F. (ed), *Ludwig Feuerbach und der Ausgang der Klassischen Deutschen Philosophie*. Stuttgart: Verlag von J. H. W. Dietz, 1888. Edição usada, Leipzig: Bernd Müller Verlag, 2009, Tese 11), é contraditória com o seu historicismo finalista e fatalista, dado que dominado pelas «leis naturais» da História, o homem nada deveria nem poderia fazer a não ser submeter-se a elas ou aos seus intérpretes e sua engenharia social «científica» e totalitária.

³⁷ A tradução para português desta expressão tem sido variável. Espada (1997) usa «engenharia social gradual». Anabela Sottomayor e Catarina Labisa, na tradução portuguesa (Lisboa: Fragmentos, 1993, vol. 1) de *Open Society and Its Enemies*, adoptam «engenharia parcelar». A primeira sugere um gradualismo articulado o que é o contrário da abertura do conceito. A segunda limita a sua dimensão que pode ser plena, nas áreas onde é aplicada. As traduções para «fragmentária» ou «por pedaços» também não satisfazem por razões de sentido. Julgo que a expressão portuguesa mais correta seria *engenharia social passo-a-passo* mas, apesar disto, dada a dificuldade de tradução, mantenho, no texto, a expressão no seu original inglês.

³⁸ Popper, 1957/1994, *op. cit.*, p. 64.



Mais importante que o próprio termo, é o conceito que Popper desenvolve e que se revela fundamental quando se trata de empreender acções de melhoria dos comportamentos sociais.

Todo ele se deve fundar numa perspectiva *funcional* ou *instrumental*, baseada na observação das particularidades e formulando hipóteses cuja aplicação deve ser conduzida com humildade crítica:

«The piecemeal engineer knows, like Socrates, how little he knows. He knows that we can learn only from our mistakes. Accordingly, he will make his way, step by step, carefully comparing the results expected with the results achieved, and always on the look-out for the unavoidable unwanted consequences of any reform; and he will avoid undertaking reforms of a complexity and scope which make it impossible for him to disentangle causes and effects, and to know what he is really doing.»³⁹

Este último aspecto levanta a questão da dimensão e do alcance. A engenharia social decorrente do historicismo é holística no seu propósito de remodelar a sociedade como um todo, de acordo com uma matriz preconcebida, até ao limite de Mannheim, de «to regulate the whole of its social life»⁴⁰, «until the State becomes nearly identical with society».⁴¹

Um *piecemeal social engineer*, por seu lado, independentemente da visão da sociedade que lhe subjaza, não acredita na mudança dela como um todo⁴², e sejam quais forem os seus fins, tenta alcançá-los por pequenos passos, permanentes avaliações e reajustamentos considerados adequados, enquadrados por uma *open mind* e por um ambiente de liberdade crítica.

Do mesmo modo, uma *piecemeal social engineering*, ainda que se baseie num ideal de felicidade humana, consciente da dimensão e do grau de abstracção desse mesmo ideal, não desenvolve a sua acção visando a imediata, plena e forçada concretização daquele mas procura, sobretudo, evitar a infelicidade onde ela seja escusada, reduzir o sofrimento e a pobreza quando isso seja viável, tentar evitar a injustiça, a violência e a guerra. Este *utilitarismo negativo*, como lhe chamaram Shearmur⁴³ ou O'Hear⁴⁴, é passível, segundo

³⁹ *Idem*, p. 67.

⁴⁰ Mannheim, K., *Man and Society in an Age of Reconstruction: Studies in Modern Social Structure*. London: Routledge & Kegan Paul, 1940, p. 175.

⁴¹ *Idem*, p. 337.

⁴² A propósito de Popper e da gestão da mudança, escreve Bryan Magee; «The real political task is to manage change.» (Magee, B., «What use is Popper to a politician?»; in O'Hear, A. (ed), *Karl Popper: Philosophy and Problems*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1995, p. 261.

⁴³ Shearmur, J., *The Political Thought of Karl Popper*. London: Routledge, 1996, p. 25.

⁴⁴ O'Hear, A., *Karl Popper*. London: Routledge & Kegan Paul, 1980. Edição usada, London: Routledge, 1992, p. 158.



Popper, de um maior consenso entre os humanos, de uma maior aprovação entre as pessoas do que a porfia de um ideal.⁴⁵

Ainda dois outros planos são objecto da crítica de Popper: o utopismo e o esteticismo. O filósofo vienense não recusa a utopia enquanto ideal, «for many things have been realized which have once been dogmatically declared to be unrealizable»⁴⁶. Mas quando aplicada à intervenção política imediata ela pode caminhar para o autoritarismo, na tentativa de controlar o factor humano, com a sua incerteza, e de prosseguir a transformação da sociedade, e a própria transformação do homem, de acordo com o plano do ideal utópico, sem sujeitar tal desígnio à pesquisa científica.

Em *Open Society*⁴⁷, surge a explanação da questão do esteticismo, a partir da crítica de Platão, do desejo deste de construir um mundo melhor e mais racional mas também de o libertar da sua fealdade, vestindo-lhe uma roupa inteiramente nova, ao gosto e ao desígnio do «político-artista». Esta missão, não sendo controlada pela razão, degeneraria, para Popper, na tirania e na neurose perfeccionista. Em política, os sonhos de beleza devem submeter-se à necessidade de ajudar os homens que sofrem injustiças ou vivem em desespero, e a busca do belo deve ser conduzida nesta base humana e na mesma perspectiva de *open mind* e liberdade crítica.

Em suma, o Popper da *piecemeal social engineering* é o mesmo de *Logik der Forschung*.⁴⁸ Aquela não mais seria que «the introduction of scientific method into politics».⁴⁹

Herdeira de Hume, na crítica à indução, a teoria do conhecimento popperiana é um processo de conjecturas e refutações, de tentativas e de eliminação dos erros, onde as teorias são testadas e eventualmente contestadas e superadas. Esta ciência é ciente da *falseabilidade* de todos os enunciados científicos, e depende, indissociavelmente, da liberdade de debate e crítica, por parte tanto de cientistas como de todos os cidadãos, desenvolvendo-se num contínuo processo de correcção e evolução.

O conhecimento é um constructo humano que se desenvolve em imprevisíveis direcções. A sua aplicação às sociedades humanas supõe a extrema

⁴⁵ Popper, K., *The Open Society and Its Enemies*. London: Routledge and Kegan Paul, 2 vols., 1945. Edição usada, *The Open Society and Its Enemies. Volume One: The Spell of Plato*. London: Routledge, 2003, p. 168.

⁴⁶ Popper, 1945/2003, *op. cit.*, vol. 1, p. 171.

⁴⁷ *Idem*, p. 166 e seguintes.

⁴⁸ «Both (*The Poverty and The Open Society*) grew out of the theory of knowledge of *Logik der Forschung* (Popper, K., Viena: Verlag von Julius Springer, 1935; edição usada, *The Logic of Scientific Discovery*, London: Routledge, 2004) and out of my conviction that our often unconscious views on the theory of knowledge and its central problems ("What can we know?", "How certain is our knowledge?") are decisive for our attitudes towards ourselves and towards politics.» (Popper, K. «Autobiography by Karl Popper», 1974. In Schlipp, P. A. (ed). *Unended Quest. An Intellectual Biography*. London: Routledge, 1993, p. 115.

⁴⁹ Popper, 1945/2003, *op. cit.*, vol. 1, p.173.

complexidade destas e a impossibilidade de abarcar tal complexidade numa teoria holística e finalista da história ou num modelo racional preconcebido capaz de as mudar como um todo.

Por seu lado, a posição de Popper na polémica com Hayek, a sua filosofia da ciência, «racionalista crítica», como ele lhe chamou⁵⁰, e todo o conceito de *piecemeal social engineering* que nela se fundamenta, são essenciais à conceptualização e intervenção na mudança de comportamentos sociais em sociedades livres e democráticas.

⁵⁰ Popper, 1974/1993, *op. cit.*, p. 116.



OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Av. Elias Garcia, nº 123 – 7ºE
1050-098 Lisboa PORTUGAL
Telf. (00351) 21 820 88 75
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

SANTOS, Carlos Oliveira, «Teoria Política e Engenharia Social, A Polémica Popper vs Hayek», *Working Paper #10*, Observatório Político, publicado em 15/4/2012, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.